



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL CGJ
CÍVEL E CRIMINAL
2023

Comarca	SÃO CAETANO DE ODIVELAS
Unidade inspecionada	VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
Competência da unidade	ÚNICA
Data de inspeção/edital	22.03.2023 (Edital nº 01/2023)
Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade	EMANUELE DA SILVA E SILVA, Diretora de Secretaria, Matrícula nº 169633
Responsável pelo preenchimento do questionário da CGJ	Breno Peck de Barros Mello, Analista Judiciário



1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

LUISA PADOAN, 17.11.2021 até a presente data



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

a. Férias: de 21 de novembro a 14 de dezembro
<i>Ao tempo da inspeção, a magistrada se encontrava em férias pelo período de 01 a 30/03/23 conforme Portaria nº 3767/2022-GP (DJE 17/10/22).</i>
b. Folgas compensatórias: 23 e 24 de fevereiro
c. Licenças: não

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

prejudicado

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

nenhum

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

15.02.2023

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	5
Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários/as	1
Terceirizados/as	2

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Vara Unica da Comarca de Sao Caetano de Odivelas
Localização FORUM PROF. ALDEBARO C. DE MACEDO KLAUTAU
Telefones (91) 3767-1204

E-mail

Institucional

Juiz Titular Luisa Padoan

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Andrei Wesley Pereira Saldanha	Estagiario	Estagiario	Normal
Denise Elem Martins Rente Pereira	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Emanuele da Silva e Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Lucas Franco Brito	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Luisa Padoan	Magistrados	Juiz Titular	Normal
Mariakva Franco Pinheiro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Vitor Hugo Barbosa Monteiro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	0
Terceirizados(as)	0

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Gabinete da Vara Unica da Comarca de Sao Caetano de Odivelas
Localização FORUM PROF. ALDEBARO C. DE MACEDO KLAUTAU
Telefones (91) 3767-1204
E-mail
Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Raiza Martins Venancio	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria nº 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim. Há uma servidora, assessora da magistrada. O controle de produtividade é feito pela magistrada diariamente, e através de relatório mensal avaliado e assinado pela gestora e encaminhado à Secretaria de Gestão de Pessoas.

A servidora em teletrabalho é Raiza Martins Venâncio. A unidade remeteu os relatórios mensais de acompanhamento referentes a dezembro de 2022 e janeiro e fevereiro de 2023, com metas e avaliação objetiva e qualitativa. (v. anexo)

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Pelo Painel de Gestão de Atividades

Em 05/04/2023 foram extraídos do Painel de Gestão de Atividades os seguintes dados:

- Novembro 2022**

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
DENISE ELEM MARTINS RENTE PEREIRA	776	1.381	456
LUCAS FRANCO BRITO	280	493	59
MARIALVA FRANCO PINHEIRO	557	1.173	408
VITOR HUGO BARBOSA MONTEIRO	62	154	69
Total	1.675	3.201	839

- Dezembro 2022**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
DENISE ELEM MARTINS RENTE PEREIRA	404	559	195
EMANUELE DA SILVA E SILVA	88	112	48
LUCAS FRANCO BRITO	250	400	46
MARIALVA FRANCO PINHEIRO	299	630	264
VITOR HUGO BARBOSA MONTEIRO	4	11	8
Total	1.045	1.712	483

• **Janeiro 2023**

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
DENISE ELEM MARTINS RENTE PEREIRA	146	195	97
EMANUELE DA SILVA E SILVA	285	488	278
LUCAS FRANCO BRITO	481	969	62
MARIALVA FRANCO PINHEIRO	358	838	302
VITOR HUGO BARBOSA MONTEIRO	6	60	40
Total	1.276	2.550	680

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Através do Painel de Gestão de Atividades, através do Painel de Gestão Judicial, através da análise das caixas e das etiquetas no PJE e através das planilhas no Teams.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

O Siga-Doc nº TJPA-MEM-2023/00768, referente à solicitação de pontos de redes para a sala de audiência, e o TJPA-REQ-2023/03430, referente à solicitação de reforma predial.

Constatou-se que o prédio se encontrava em boas condições, e, para além disso, é amplo, bem cuidado e limpo, denotando cuidado de toda a equipe com o espaço.

O expediente TJPA-REQ-2023/03430, em que é solicitada reforma do Fórum, já possui croqui e proposta apresentada pela Chefia da Divisão de Projetos.

Entretanto, permanece a questão dos pontos de rede na sala de audiência. O chamado TJPA-MEM-2023/00768 ainda não foi atendido. Houve apenas visita preliminar da equipe técnica, identificando pontos nas paredes que poderiam comportar a fiação. Não foi aventada no chamado a possibilidade de instalação de rede sem fio, apesar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

de que todos os computadores já foram substituídos por notebooks com conexão wi-fi.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 06/03/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	968	1.017
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	61	74
Total do acervo com prioridade	174	163
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	10	2
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	165	172
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	2	1
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	0	0

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	A unidade respondeu 216 <i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 05/04/23 verificaram-se os seguintes números:</i> <ul style="list-style-type: none">• Novembro 2022 62 (total)• Dezembro 2022: 65 (total)• Janeiro 2023: 56 (total)• Total no período: 183
Total de processos julgados	A unidade respondeu 170



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	<p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 05/04/23, verificaram-se sentenças com resolução do mérito, incluindo homologatórias, e sem resolução do mérito.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Novembro 2022: 83• Dezembro 2022: 42• Janeiro 2023: 56• Total: 181
Total de processos baixados definitivamente do acervo	<p>A unidade respondeu 155</p> <p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 05/04/23, verificaram-se os seguintes números:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Novembro de 2022: 51• Dezembro de 2022: 45• Janeiro de 2023: 48• Total Geral: 144

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	285
Despachos	309
Sentenças com resolução de mérito	130
Sentenças sem resolução de mérito	35
Audiências realizadas	80

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

não

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

Assessora e diretora de secretaria. Não há plano de ação.

A unidade registrou bons índices na inspeção. Não obstante, foi reforçada a necessidade de um plano de ação, objetivando a manutenção destes índices e de outros indicadores de qualidade, e também de forma a abordar as dificuldades



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

apresentadas na ocasião, p. ex., retenção de mandados devido a parte relevante dos citados ou intimados passarem semanas no mar em pescaria profissional.

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

a.	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b.	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c.	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Movimentação processual;
d.	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e.	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
f.	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular nº 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE. (Ofício circular nº 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR nº 0002009-73.2.00.0814)

Em inspeção, foi realizada a seguinte apuração:

- 0002025-64.2019.8.14.0095;
- 0800057-92.2021.8.14.0095
- 0000968-11.2019.8.14.0095

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução nº 483/CNJ-2022. (Resolução nº 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Em inspeção, foi relatado que a unidade utiliza o SNBA e estão em migração para o SNGB. Havia muitos itens sem vinculação, e a unidade passou a inventariá-los no SNBA. O déficit de vinculação, na outra ponta, foi reduzido desde que as sentenças da unidade passaram a dar destinação aos bens.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados de quaisquer naturezas de comunicação?

Quando os servidores ao trabalhar no processo verificam a petição ou quando a parte vem atualizar os dados

Em inspeção, a unidade esclareceu melhor a situação. Devido à comarca ser um município de pescadores, é comum que as partes não estejam em terra por extensos períodos. Em razão desta realidade, os servidores da unidade se habituaram a verificar a situação global do jurisdicionado quando de seu comparecimento ao Fórum por qualquer motivo (consulta, audiência etc). Nestas ocasiões, são verificados os dados básicos do jurisdicionado (nome, endereço, estado civil etc) e lhe são informados dados de quaisquer processos de que sejam parte, podendo, na ocasião, praticar atos de ciência.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

21. a mais antiga data de 01.03.2023

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

sim

6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Sim

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

0

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

62

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Não

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

sim

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? *(anexar o modelo)*

Apenas mandados de audiência estão cadastrados. Utilizamos predominantemente decisões/despachos/sentenças-mandado

A unidade adotou linguagem simplificada em suas comunicações, visando melhor compreensão do jurisdicionado. Elaborou um ato de comunicação ilustrado com as hipóteses e informações básicas nas situações mais típicas (citação, intimação, sentença etc), telefones básicos de contato (Fórum, Defensoria etc) e providências a serem tomadas.

Estes expedientes foram considerados boas práticas na ocasião.

7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.

diariamente

7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Obedecemos o prazo de 40 dias

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Ainda realizam o levantamento dos processos com cartas precatórias expedidas, conforme recomendação da correição ordinária de 15.02.2023

A unidade foi orientada a manter controle de expedientes externos, a exemplo das cartas precatórias recebidas e expedidas.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Não

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

R: Todas as audiências são marcadas de forma híbrida, facultando às partes participar presencialmente ou através de videoconferência, a fim de garantir maior efetividade ao ato e mais celeridade à resolução da demanda. Nesse ponto, mister destacar que em todas as audiências há participação de algum personagem via telepresencial, seja advogado, Ministério Público, partes ou testemunhas, o que ratifica que a modalidade híbrida tem sido a mais adequada à realidade local.

A Unidade entende que designar, desde logo, a audiência de forma híbrida evita o retrabalho de recebimento de expedientes das partes requerendo a remarcação por via telemática, além de estabelecer previsibilidade quanto a forma de realização dos atos, propiciando a participação de todos os envolvidos e evitando remarcações evitáveis e o elastecimento desnecessário das datas de audiências.

Relevante esclarecer que a Resolução 06/2023-GP estabeleceu a necessidade do magistrado realizar audiências a partir do Fórum, portanto o magistrado deve estar fisicamente no ambiente judicial.

Foi constatada, na ocasião da inspeção, a lentidão da conexão à internet.

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

52

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

02

Foi constatado 1 (um) processo concluso em gabinete há mais de cem dias na data da inspeção.

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

19 processos suspensos aguardando julgamento de IRDR. Há 2 processos aguardando o julgamento do Tema 4, e o restante aguarda o julgamento do Tema 3, ambos do TJPA.

*O Tema 3 (NUT/CNJ 8.14.1.000003) é de Direito Administrativo. Versa sobre dúvida a respeito da Gratificação de Atividade Externa, se supre necessidade de pagamento antecipado de diligências dos oficiais de justiça em ações de execução fiscal, nos termos da Lei Estadual nº 8.328/2015. Atualmente apesar da decisão do STF em RE 1259906, os processos **permanecem com ordem de suspensão em razão de novo juízo de admissibilidade.***

O Tema 4 (NUT/CNJ 8.14.1.000004) trata a respeito das balizas na inspeção para apuração de consumo de energia não faturado, e, por via de consequência, a validade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

das cobranças de débito realizadas a partir destas inspeções. O tema já possui tese jurídica fixada desde 16/12/2020 mas ainda aguarda trânsito em julgado.

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Retomada imediata após a comunicação do trânsito em julgado do julgamento do incidente.

8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

02

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

0

8.8. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Não possui pendências.

8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não é feito.

8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

O RCPN local não tem unidade interligada a unidade de saúde, pois não se enquadra nos municípios com esta obrigatoriedade. Vide despacho no Pedido de Providências – Processo n. 0002650-95.2021.2.00.0814 e lista com Municípios prioritários expedida pelo CNJ (anexos).

8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

A unidade não utiliza essa identificação. Apenas identifica todos os processos que envolvem registros públicos e busca dar o máximo de celeridade ao andamento e resolução. No momento, não há processos do assunto paralisados há mais de 100 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A unidade foi orientada a adotar o assunto “Registro tardio” quando cabível, retificando a classe dos processos que tramitavam como averiguação de paternidade para investigação de paternidade, conforme natureza da lide.

8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não foi constatada necessidade de realizar ações nesse sentido, pois os casos de sub registro civil na localidade são raros e excepcionais.

8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Sim.

Durante a inspeção foi realçada a necessidade da presença física do magistrado no Prédio do Fórum nos dias de audiência.

8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim. Há processos que se encontram paralisados há mais de 100 dias, mas estão nessa condição em virtude de algumas peculiaridades e complexidades inerentes aos processos, como por exemplo o fato do polo passivo corresponder pessoas que realizam a pesca por longos períodos..

8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (página de abertura do Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

Não, pois até o momento não houve necessidade.

8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

A Meta 2 está cumprida.

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

a.	(x)	Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b.	(x)	Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c.	(x)	Movimentação processual;
d.	(x)	Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e.	(x)	Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
f.	(x)	Controle dos prazos e imediata certificação;
g.	(x)	Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

h. (x) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica nº 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)

Não.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução nº 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria nº 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

Whatsapp da Vara, email, balcão virtual, atendimento presencial

Como foi relatado anteriormente, os servidores realizam atendimentos abrangentes com as partes, identificando pendências, atualizando endereços e meios de contato etc., uma vez que muitos dos moradores da comarca são pescadores que passam semanas em alto-mar, sem nenhum contato com terra.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)

6 processos. Etiquetas e planilha no Teams

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução nº 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

Não há preso provisória há mais de 180 dias , bem como as prisões são revistas a cada 90 dias.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? (Diretriz Estratégica nº 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

prisão e o julgamento)

Os processos envolvendo réu preso tem prioridade na tramitação. Em média, são julgados entre 90 e 120 dias contados da data da prisão.

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)

Não há presídio na comarca.

Foi realizada inspeção na delegacia da comarca, oportunidade em que se fazia presente a delegada Jessica Fernanda Barros.

A carceragem apresentava péssimas condições, com forte odor de urina e suor. Sem iluminação natural suficiente. Na ocasião não havia preso.

Havia cerca de 80 (oitenta) motocicletas e 2 (dois) automóveis de passeio nos fundos da delegacia. Além destes bens, havia um número não contabilizado nem estimado de armas (de foto, perfurocortantes e simulacros), além de entorpecentes. A delegacia não possuía inventário destes bens.

A delegada relatou que são feitas inspeções mensais pela magistrada.

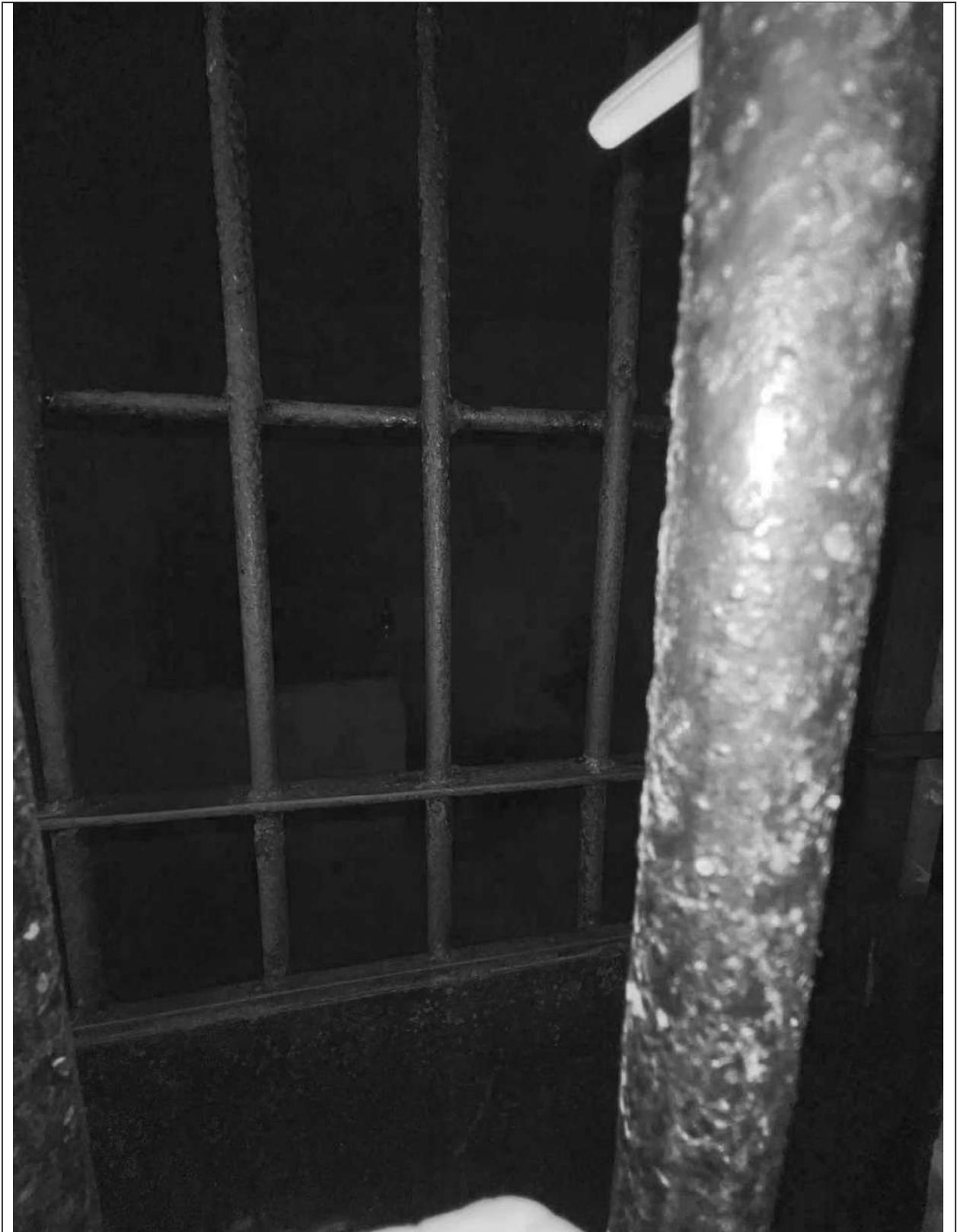


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução nº 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

A unidade foi orientada a realizar o alvará de soltura no BNMP e manter o banco atualizado.

10.2. Considerando a Resolução nº 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

sim

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução nº 417/2021-CNJ?

sim

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

No momento do cumprimento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Nunca ocorreu a falta de cumprimento de alvará de soltura

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução nº 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Foi elaborado um plano de trabalho para colocar as informações sobre a prescrição em todos os processos criminais, conforme determinação da correição ordinária de 12.02.2023

A unidade informou que o Plano de Trabalho entrou em execução na semana em que ocorreu a inspeção, ainda não sendo possível colher os resultados.

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento nº 15/2009-CJRMB? (Provimento nº 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Fevereiro de 2023

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 01/03/2023

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e medidas alternativas
Total de Execuções Ativas:	0	82
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	0	0
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	0	0
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	0	0
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	0	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processos com pendência de implantação*	0	
Processos com inconsistências*	0	
Total de processos conclusos	0	25
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	0	

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

80

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

Vara com competência apenas para regime aberto

Na ocasião, foram verificadas guias de execução de apenas em regime aberto. Todos os processos possuíam expedição regular.

- 0002625-90.2016.8.14.0095 (Laudemir dos Santos Assunção);
- 0800330-37.2022.8.14.0095 (Levi Ferreira Miranda)
- 0000201-07.2018.8.14.0095 (Marcelo Pereira dos Santos)

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

Não há processo de medida de segurança em andamento

A informação foi confirmada durante a inspeção, porém não há controle das medidas de segurança. Na ocasião, houve orientação para também elaborarem controle.

12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução nº 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Vara com competência apenas para regime aberto. Há 56 processos em cálculo de pena

Foi informado que a unidade não confeccionava atestado de pena, porque as penas em geral são baixas e, portanto, o cálculo era feito no ato. Entretanto, haviam iniciado curso na Escola Judicial a respeito e passaram a elaborar atestado de pena.

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução nº 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução nº 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

R: Sim

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

02/03/2023

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

R: 41

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Não há preso aguardando audiência de instrução e julgamento.

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

nenhuma

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Em 2022. 3 sessões. Todas realizadas em julho.

14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

nenhum

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:

15.02.2023

15.2. Data da última correção realizada pela Corregedoria?

02 à 04 de dezembro de 2019. PJeCor nº 0004183-26.2020.8.14.0095.

15.3. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

Sim. Segue em anexo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA SECRETARIA:

- 1 - Deve a Secretaria realizar a cobrança aos oficiais de justiça dos mandados que se encontram em atraso, conforme apontado no item 6.16 da ata. Prazo de 5 dias para regularização.
- 2 - Considerando que há bens apreendidos sem destinação e sem vinculação à processos, deve a Secretaria providenciar a sua destinação conforme Portaria Conjunta 1.2020-GP e Resolução 356.2020 do CNJ. Prazo de 90 dias para regularização.
- 3 - Considerando que há petições pendentes de juntada, conforme item 6.11, deve a Secretaria providenciar a juntada e fazer conclusão. Prazo de 30 dias.
- 4 - Considerando que há processos paralisados em Secretaria por mais de 100 dias, conforme item 6.7, deve a Secretaria providenciar a movimentação, especialmente por impactar diretamente IEJUD. Prazo de 30 dias.
- 5 - Considerando a dificuldade alegada pelas servidoras em utilizar o sistema SEEU, devem providenciar a realização de curso, o qual é disponível no site da Escola Judiciária de forma permanente. Prazo de 30 dias para início.
- 6 - Considerando que há processos pendentes de baixa processual, conforme item 6.13, deve a Secretaria providenciar a baixa periódica. Prazo: constante.
- 7 - Considerando que a Secretaria relata problema técnico na publicação de documentos, conforme item 6.14, deve a Secretaria comunicar a Presidência deste e. Tribunal, acompanhando dos chamados técnicos não atendidos. Prazo de 5 dias.
- 8 - Considerando que esta magistrada observou que a Secretaria deixa de juntar o comprovante de publicação nos processos, mesmo quando realiza a publicação, deve a Secretaria juntar sempre o comprovante de publicação. É com este documento que as partes e o Juízo podem fazer a conferência da correta publicação e intimação das partes, com as consequências legais. Prazo: constante.
- 9 - Considerando que esta magistrada observou ao manusear os autos físicos que vários processos não são numerados, oriento a Secretaria para que sempre numere as folhas e mantenha as capas dos processos em bom estado de uso. Tal diligência é importante para que não se extravie documentos. Prazo: constante.
- 10 - Considerando que os feitos antigos físicos possuem erros no cadastramento, deve a Secretaria constantemente verificar o cadastramento da classe processual e outros dados junto ao Libra. Tais informações impactam diretamente no IEJUD da Vara. Prazo: constante.
- 11 - Considerando que há processos fora de Secretaria com mais de 100 dias, conforme item 6.18, deve a Secretaria cobrar a sua devolução (MP, Procuradoria, advogado,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

SOLICITAÇÕES A CORREGEDORIA:

1 - Considerando que a Comarca não conta com a assistência da Defensoria Pública de nenhuma forma (nem virtual nem física); considerando que já houve o apontamento na ata de correição realizada em 2019; considerando que a população humilde da Comarca não possui o acesso mínimo a Justiça; considerando que este Juízo já solicitou a designação de defensor público na Comarca; solicito a intervenção junto a Defensoria Pública para designação de Defensor Público para atuar na Comarca, ainda que algumas semanas no mês;

2 - Considerando que a Comarca possui poucos servidores lotados e em exercício na Comarca; considerando que a falta de servidores dificulta o cumprimento de todas as atividades necessárias para uma boa prestação jurisdicional; considerando que a falta de servidores implica diretamente no percentual atual do IEJUD (abaixo de 50%); considerando que não há na Comarca nenhum analista; considerando que a necessidade de mais servidores constou na ata de correição realizada pela Corregedoria no ano de 2019; solicito a intervenção junto a douta Presidência desta e. Corte para a nomeação de outros servidores para a Comarca;

3 - Considerando que a Comarca não possui sala de depoimento especial, nem equipe técnica especializada para a realização da oitiva de menores de idade, especialmente crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; considerando que os ofícios encaminhados à douta Presidência não foram atendidos, nos quais solicitava a destinação de equipe técnica em dia determinado para realizar os depoimentos especiais que aguardam nos feitos; solicito a intervenção junto a Presidência deste e. Tribunal de Justiça para encaminhamento de equipe técnica ainda neste ano;

4 - Considerando que não há o mínimo de segurança para o exercício das atividades no Fórum; considerando que este Juízo já solicitou a Presidência a contratação de agentes de segurança e não obteve êxito; considerando que a ausência de segurança já foi apontada na ata correicional realizada no ano de 2019; solicito a intervenção junto a douta Presidência desta e. Corte para a contratação de segurança para o Fórum, ao menos durante o expediente;

5 - Considerando que só há 03 impressoras funcionando no Fórum e que não há impressora destinada para a sala de audiências; solicita a intervenção junto a Presidência para destinação de mais uma impressora;

6 - Considerando a falta de desempenho e assiduidade do servidor OTHON FIALHO FILHO, já verificada pela antiga Juíza Titular, solicito providências e o andamento do PJEOR 0000937-85.2021.2.00814.

São as breves considerações que submeto à Douta Corregedoria de Justiça deste e. Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Foi constatado o cumprimento das medidas acima anotadas.

Quanto ao item 6, acima, foi relatado que o servidor em questão é Oficial de Justiça e já requereu aposentadoria. Na ocasião, os demais servidores da unidade reportaram que se trata de um senhor de idade, que desempenha suas funções de modo correto. Anotaram que o servidor em questão conta com ajuda e compreensão da equipe



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

quando se faz necessário.

São Caetano de Odivelas, data conforme assinatura

**SILVIA MARA BENTES
DE SOUZA COSTA:4596**

Assinado de forma digital por
SILVIA MARA BENTES DE SOUZA
COSTA:4596
Dados: 2023.06.26 15:30:31 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

**BRENO PECK DE
BARROS
MELLO:74290452272**

Assinado de forma digital por
BRENO PECK DE BARROS
MELLO:74290452272
Dados: 2023.06.27 08:13:40 -03'00'

BRENO PECK DE BARROS MELLO
Analista da CGJ